



ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS PARA PREVENÇÃO DE ISTs E HIV/AIDS NA POPULAÇÃO LGBTQIAP+

EDUCATIONAL STRATEGIES FOR PREVENTING STIs AND HIV/AIDS IN THE LGBTQIAP+ POPULATION

Hilza Beatriz Barbosa de Sousa^{1*}, Rafael Jeremias de Aquino Nunes¹, Rafael Tavares Silveira Silva¹, Rodrigo Jacob Moreira de Freitas², Rosane Shirley Saraiva de Lima¹

RESUMO: Objetivo: Investigar a realização das práticas do enfermeiro sobre uso de ações educativas para prevenção de ISTs e HIV/AIDS na população LGBTQIAP+ na APS. **Método:** Estudo realizado em Pau dos Ferros/RN, com 12 enfermeiros atuantes em 7 Unidades Básicas de Saúde (UBS). Adotou-se um método exploratório-descritivo com abordagem quantitativa. **Resultados:** Dos participantes, 75% declararam conhecer estratégias de prevenção, mas relataram não ter recebido capacitação específica; 100% concordaram sobre a necessidade de capacitação; 91,7% afirmaram não se sentir preparados para desenvolver intervenções educativas direcionadas a essa população; e apenas 58,3% já realizaram ações educativas sobre sexualidade e prevenção de ISTs e HIV/AIDS com a comunidade LGBTQIAP+. **Conclusão:** Os resultados evidenciam que, embora os enfermeiros possuam certo grau de familiaridade com o tema, uma parcela significativa desses profissionais ainda não realiza ações educativas específicas, apontando para a necessidade de capacitação e suporte técnico.

PALAVRAS-CHAVE: Minorias sexuais e de gênero. Saúde sexual. Educação em saúde.

ABSTRACT: Objective: To investigate the implementation of nurses' practices regarding the use of educational actions to prevent STIs and HIV/AIDS in the LGBTQIAP+ population in PHC. **Method:** Conducted in Pau dos Ferros - RN with 12 nurses from 7 Basic Health Units, the research adopted an exploratory descriptive method with a quantitative approach. **Results:** 75% of nurses know prevention strategies but have not received specific training; all participants agreed on the need for training. Additionally, 91.7% do not feel prepared to develop educational interventions for this audience, and only 58.3% have already carried out educational actions on sexuality and prevention of STIs and HIV/AIDS with the LGBTQIAP+ community. **Conclusion:** This reveals that, although nurses have a certain level of familiarity with the topic, a significant portion of these professionals do not carry out educational activities.

KEYWORDS: Sexual and Gender minorities. Sexual health. Health Education.

¹ Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar (FACEP), Departamento de Enfermagem, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil; ² Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Departamento de Enfermagem, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil.

***Autor correspondente:** Hilza Beatriz Barbosa de Sousa – **E-mail:** beaffreitasb@gmail.com.

Recebido: 05 ago. 2024

Aceito: 06 dez. 2024

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons.



INTRODUÇÃO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) englobam um conjunto de patologias infectocontagiosas transmitidas por meio de contato sexual desprotegido (oral, vaginal ou anal) com uma pessoa infectada. Essas infecções podem ser causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos. Além disso, há a possibilidade de transmissão vertical, quando a mãe infectada transmite a infecção ao bebê durante a gestação, o parto ou a amamentação. A transfusão sanguínea também é um meio de transmissão, embora em menor escala¹.

As ISTs representam uma preocupação significativa para a saúde pública global, especialmente devido aos índices de mortalidade associados à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e aos diversos impactos negativos resultantes dessas infecções². Portanto, é imprescindível a articulação dos serviços de saúde para reduzir o número de indivíduos infectados. Nesse contexto, as ações preventivas desempenham um papel crucial no controle da transmissão de ISTs e HIV/AIDS, reforçando a necessidade de medidas educativas³.

A promoção da saúde sexual constitui um desafio contínuo, inclusive em países desenvolvidos⁴. Estudos realizados com populações heterossexuais indicam que a educação em saúde sexual está associada à redução de comportamentos de risco. Entretanto, existe uma lacuna significativa quando o foco são as minorias sexuais e de gênero, pois as abordagens sobre o tema frequentemente carecem de aprofundamento necessário⁵.

No que se refere às ISTs e ao HIV/AIDS, as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/transgêneros/travestis, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais e outras (LGBTQIAP+) estão inseridas em um contexto de vulnerabilidade em saúde, com estatísticas alarmantes de adoecimento e mortes prematuras. Por exemplo, mulheres lésbicas frequentam consultas ginecológicas com menos frequência do que mulheres heterossexuais⁶.

A atenção básica é o principal serviço de saúde responsável pelo controle das ISTs e do HIV/AIDS. Nesse sentido, a(o) enfermeira(o) desempenha um papel fundamental na consolidação das políticas de saúde, liderando o planejamento, a organização e a execução dos serviços⁷. Sob essa perspectiva, a atuação desse profissional em relação às ISTs e ao HIV/AIDS ocorre de diversas formas. Entre elas, destaca-se o papel de educador(a) em saúde, que promove a conscientização individual e coletiva, fortalecendo a prevenção e o cuidado.

Mediante o exposto, evidencia-se a importância do papel dos enfermeiros atuantes na Atenção Primária à Saúde (APS) no atendimento e prevenção de ISTs e HIV/AIDS. No que concerne à população LGBTQIAP+, esses profissionais devem adotar um olhar interseccional para atender populações vulnerabilizadas, alinhando sua prática aos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde (SUS): universalidade, integralidade e equidade. Diante disso, torna-se indispensável discutir as formas como os atendimentos em saúde voltados ao público LGBTQIAP+ são realizados na APS, buscando integrar uma atuação clínica qualificada com a produção de cuidados que visem à redução de iniquidades sociais⁸.

A equipe de enfermagem, por estar em contato frequente com a população LGBTQIAP+, necessita de qualificação constante para aprimorar a qualidade da assistência. Contudo, apesar dos avanços tecnológicos, ainda se observam dificuldades na atuação desses profissionais no enfrentamento das demandas de saúde desse público, sobretudo no que tange à captação segura dos indivíduos para promover a saúde sexual e a prevenção de doenças⁹.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de abordar as negligências e fragilidades nos serviços de saúde oferecidos à população LGBTQIAP+ no contexto da prevenção de ISTs e HIV/AIDS. Também busca analisar os obstáculos enfrentados na assistência, trazendo contribuições científicas para a

discussão e promovendo melhorias na qualidade de vida dessa população. Reconhecer que a exclusão social e a discriminação impactam diretamente a determinação social de sofrimento e adoecimento é essencial para superar essas barreiras.

Historicamente, as lutas políticas e identitárias da população LGBTQIAP+ atravessaram diferentes contextos. Por muitos anos, essa comunidade foi identificada pela sigla GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais). A I Conferência Nacional GLBT, realizada em 2008, marcou um importante avanço, aprovando a alteração da sigla para LGBT, reconhecida mundialmente. Esse evento também foi fundamental para a formulação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSILGBT), lançada em 2011.

A evolução da sigla de GLBT para LGBTQIAP+ reflete não apenas uma mudança terminológica, mas também o reconhecimento da diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais. Essa ampliação representa um esforço para incluir diferentes grupos historicamente invisibilizados. Por essa razão, este estudo adota a terminologia LGBTQIAP+, mais abrangente e inclusiva.

A motivação deste trabalho reside na possibilidade de disseminar estratégias educativas para a prevenção de ISTs na população LGBTQIAP+. Espera-se que as discussões apresentadas possam servir como instrumento norteador para outros profissionais da saúde, incentivando a formação de equipes multidisciplinares capacitadas para atender essas demandas. Vale ressaltar que a implementação de ações educativas para esse público não apenas promove inclusão e reconhecimento de suas necessidades, mas também pode reduzir custos relacionados a complicações evitáveis.

Sendo assim, este trabalho tem seu questionamento: Qual é a proporção de enfermeiros(as) na APS que implementam intervenções educativas para prevenção e controle de ISTs na população LGBTQIAP+?

Nessa perspectiva, o objetivo geral desta pesquisa é investigar a realização das práticas do enfermeiro sobre uso de ações educativas para prevenção de ISTs e HIV/AIDS na população LGBTQIAP+ na APS.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de campo de natureza exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa, conduzida por meio de uma amostra não probabilística por conveniência, realizada nos meses de junho e julho de 2023.

O estudo foi realizado na rede de atenção básica de Pau dos Ferros, localizada na região Oeste Potiguar, no estado do Rio Grande do Norte. O município conta com um total de 12 unidades de saúde, entretanto, a coleta de dados ocorreu em apenas 7 dessas unidades, visto que nas demais não houve participação do público-alvo, conforme será detalhado posteriormente. Dentre as unidades participantes, uma possuía uma equipe composta por três enfermeiros, três unidades contavam com dois enfermeiros cada, e as outras três com um enfermeiro em cada.

Os participantes foram enfermeiros atuantes na Atenção Primária à Saúde (APS) do município, correspondendo ao grupo populacional proposto pelos objetivos do estudo. Os critérios de inclusão foram: enfermeiros com, no mínimo, um ano de atuação no cargo atual, a fim de garantir familiaridade com as características populacionais do território adscrito à unidade. Como critério de exclusão, foram desconsiderados os profissionais afastados de suas atividades laborais durante o período de coleta de dados.

O recrutamento ocorreu por meio de convites presenciais, realizados durante visitas prévias às unidades de saúde. Durante o contato, os enfermeiros foram orientados sobre a temática do estudo, os procedimentos de coleta de dados e as condições do termo de consentimento.

A intenção inicial era obter uma amostra de 16 enfermeiros, correspondente ao número total de profissionais atuantes na APS do município. No entanto, a participação efetiva foi de 12 profissionais. As ausências foram justificadas por motivos como férias (dois profissionais), afastamento por licença (um profissional) e tempo de atuação inferior a um ano (um profissional).

Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário estruturado e fechado, dividido em duas seções. A primeira abordou características sociodemográficas dos participantes, como idade, sexo, cor/raça, orientação sexual, tempo de serviço no cargo atual, ano de conclusão da graduação, especializações e vínculos trabalhistas. A segunda parte consistiu em cinco questões que investigaram os conhecimentos prévios dos enfermeiros sobre demandas e estratégias preventivas de ISTs e HIV/AIDS na população LGBTQIAP+.

Antes do início da coleta, foi solicitada autorização formal junto à Secretaria Municipal de Saúde, por meio de declaração de anuência. No momento da aplicação do questionário, cada participante recebeu um envelope contendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo Pós-Esclarecido, ambos em duas vias, além do questionário, uma caneta e um adesivo autocolante para lacrar o envelope após o preenchimento.

A organização dos dados coletados foi realizada por meio da digitação e codificação em planilhas, com o auxílio do software Microsoft Excel 2007/2010. A análise dos dados utilizou estatística descritiva, observando as frequências absolutas e relativas das variáveis, com o objetivo de identificar padrões e melhor compreender o fenômeno estudado.

Esta pesquisa foi conduzida de acordo com os preceitos éticos das Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O projeto foi previamente submetido ao Comitê de Ética da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (CEP/UERN), sendo aprovado sob o parecer nº 5.588.288 e CAAE 69219823.2.0000.5294.

RESULTADOS

Nesta seção, apresentam-se os principais resultados obtidos no levantamento de campo sobre as práticas dos enfermeiros relacionadas ao uso de ações educativas para a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e HIV/AIDS na população LGBTQIAP+ na Atenção Primária à Saúde (APS).

Para a caracterização do perfil socioeconômico dos enfermeiros participantes, foram analisadas as seguintes variáveis: idade, sexo, cor/raça, orientação sexual, ano de conclusão da graduação, nível de escolaridade, tempo de atuação no cargo atual e vínculos trabalhistas, conforme apresentado nas Tabelas 01 e 02.

Tabela 1 – Caracterização dos Enfermeiros segundo variáveis sociodemográficas. Pau dos Ferros - RN, 2023.

Variáveis	n	%	média	(min-max)
Faixa etária	-	-	40	(28-56)
28 – 35	04	33,3	-	-
36 – 43	04	33,3	-	-
44 – 51	03	25	-	-
52 – 59	01	8,3	-	-
Gênero				
Feminino	09	75	-	-
Masculino	03	25	-	-
Cor ou Raça				
Branca	08	66,7	-	-
Parda	04	33,3	-	-
Negro	0	0	-	-
Amarela	0	0	-	-
Orientação Sexual				
Heterossexual	11	91,7	-	-
Homossexual	01	8,3	-	-
Bissexual	0	0	-	-

A amostra foi composta por 12 enfermeiros, com idade média de 40 anos, variando entre 28 e 56 anos. Do total, 75% (n=9) eram do sexo feminino. Em relação à cor ou raça, 66,7% (n=8) autodeclararam-se brancos. Quanto à orientação sexual, 91,7% (n=11) identificaram-se como heterossexuais, e apenas 8,3% (n=1) como homossexual.

No que diz respeito ao tempo de formação, o ano médio de conclusão da graduação foi 2006, com variações entre 1986 e 2020. Em relação à formação acadêmica, 91,7% dos participantes possuíam pós-graduação. Quanto ao tempo de atuação no cargo atual, 25% (n=3) trabalhavam na função há 1 a 4 anos, 16,7% (n=2) há 5 a 9 anos, e 58,3% (n=7) há mais de 10 anos. Por fim, 66,7% (n=8) dos enfermeiros relataram possuir outros vínculos trabalhistas, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 – Caracterização dos Enfermeiros segundo variáveis de escolaridade e trabalho. Pau dos Ferros - RN, 2023.

Variáveis	n	%	média	(min-max)
Ano de Conclusão da Graduação	-	-	2006	(1987-2020)
Nível de escolaridade				
Graduação	01	8,3	-	-
Pós Graduação	11	91,7	-	-
Tempo de atuação no cargo atual				
1 a 4 anos	03	25	-	-
5 a 9 anos	02	16,7	-	-
10 anos acima	07	58,3	-	-
Possui outros vínculos trabalhistas				
Sim	08	66,7	-	-
Não	04	33,3	-	-

Ao serem questionados sobre seus conhecimentos a respeito da assistência à saúde de pessoas LGBTQIAP+, com enfoque na saúde sexual e na prevenção de ISTs e HIV/AIDS, 75% (n=9) dos enfermeiros afirmaram conhecer estratégias de prevenção para essa população. No entanto, esse mesmo percentual relatou não ter recebido nenhum tipo de capacitação voltada para o atendimento a esse público. Foi consenso entre os participantes a necessidade de capacitação dos profissionais para atender às demandas sexuais de pessoas LGBTQIAP+, conforme exposto na Tabela 3.

Tabela 3 – Conhecimento dos Enfermeiros sobre assistência à saúde sexual de pessoas LGBTQIAP+. Pau dos Ferros - RN, 2023.

Conhece estratégias de prevenção de ISTs e HIV/AIDS para pessoas LGBTQIAP+	N	%
Sim	09	75
Não	03	25
Já recebeu algum tipo de capacitação a respeito da saúde de pessoas LGBTQIAP+	N	%
Sim	03	25
Não	09	75
Acha que é necessário a capacitação de profissionais para atender as demandas sexuais de pessoas LGBTQIAP+	N	%
Sim	12	100
Não	0	0

Em relação aos saberes dos enfermeiros sobre estratégias educativas para a prevenção de ISTs e HIV/AIDS, a maioria, 91,7% (n=11), alegou não se sentir preparada para desenvolver intervenções educativas com a população LGBTQIAP+. Além disso, apenas 58,3% (n=7) afirmou já ter realizado alguma ação educativa voltada para o campo da sexualidade e prevenção de ISTs e HIV/AIDS com esse público, como mostrado na Tabela 4.

Tabela 4 - Utilização de intervenções educativas pelos enfermeiros para prevenção de ISTs e HIV/AIDS adequado a pessoas LGBTQIAP+. Pau dos Ferros - RN, 2023.

Já realizou alguma atividade com pessoas da comunidade LGBTQIAP+ relacionada à sexualidade e à prevenção de ISTs e HIV/AIDS	N	%
Sim	05	41,7
Não	07	58,3
Se sente preparado para desenvolver intervenções educativas sobre ISTs e HIV/AIDS com pessoas LGBTQIAP+	N	%
Sim	01	8,3
Não	11	91,7

DISCUSSÃO

A predominância de mulheres entre os participantes desta pesquisa reflete a construção histórica da profissão de enfermagem, que foi consolidada pelo papel significativo de mulheres precursoras e continua a refletir essa influência nos dias atuais.¹⁰ Segundo o relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), do total estimado de 28 milhões de profissionais de enfermagem globalmente, aproximadamente 90% são mulheres¹¹. No Brasil, conforme dados do Conselho Federal de Enfermagem

(COFEN), a categoria de enfermagem, abrangendo auxiliares, técnicos e enfermeiros, é composta por 84,6% de mulheres¹².

Apesar dos estereótipos socialmente atribuídos a essa predominância feminina, é importante destacar que a enfermagem está gradualmente moldando e empoderando seu processo de trabalho por meio do fortalecimento da sua práxis científica¹³.

No que se refere às características sociodemográficas dos doze participantes, apenas 1 (8,3%) se autodeclarou homossexual. Esse dado reforça as evidências científicas sobre a inclusão de pessoas LGBTQIAP+ no mercado de trabalho formal, que indicam que ainda é marcada por numerosos problemas e desafios¹⁴. Em uma pesquisa realizada em 20 países, incluindo o Brasil, foi constatado que 81% dos profissionais LGBTQIAP+ acreditam que as empresas precisam melhorar significativamente no acolhimento deste grupo¹⁵.

Os resultados deste estudo indicam que o conhecimento dos enfermeiros sobre as estratégias de prevenção de ISTs e HIV/AIDS para pessoas LGBTQIAP+ foi considerado positivo, uma vez que mais da metade dos participantes declarou conhecer tais estratégias, o que representa uma amostra estatisticamente relevante dentro do valor total de participantes. Contudo, é possível inferir que, apesar dessa afirmação, o entendimento sobre as abordagens específicas para essa população é limitado e pouco aprofundado, alinhando-se aos achados de um estudo realizado no Rio Grande do Norte¹⁶.

Essa constatação é reforçada pela informação de que 91,7% (11) dos participantes afirmaram não se sentir capacitados para desenvolver as intervenções educativas necessárias, mesmo que 75% (9) alegassem possuir os conhecimentos necessários. Nesse ponto, observa-se que, embora os profissionais possuam algum nível de conhecimento, frequentemente não há um envolvimento eficaz com as estratégias de disseminação desse conhecimento¹⁷.

Pesquisas realizadas na região de saúde sudoeste do Distrito Federal apontam que a ausência de abordagens educativas proativas por parte dos enfermeiros em relação à população LGBTQIAP+ resulta em um cenário de desinformação. A perspectiva limitada de atendimento, que se restringe a demandas espontâneas, diminui a amplitude da responsabilidade dos profissionais como educadores em saúde, restringindo suas intervenções a momentos isolados, como consultas de enfermagem¹⁸.

A promoção da saúde é um dos pilares da atenção primária em saúde, sendo indispensável a sua aplicação na rotina dos profissionais como estratégia de fortalecimento da saúde pública. Neste sentido, o uso da educação em saúde favorece a equidade em saúde e auxilia na diminuição das disparidades relacionadas à incidência e ao impacto das ISTs, pois promove o autocuidado e a prevenção de doenças, trazendo uma melhor qualidade de vida para o indivíduo e comunidades¹⁹.

Enfermeiros desempenham um papel fundamental ao se engajarem na educação sobre questões relacionadas à comunidade LGBTQIAP+, podendo adotar uma postura proativa em iniciativas de saúde pública voltadas para essa população²⁰. Um estudo realizado no Lesoto destaca a importância de disponibilizar informações e serviços direcionados à comunidade LGBTQIAP+ sobre HIV, por exemplo²¹.

A carência de capacitação voltada para a saúde da comunidade LGBTQIAP+ pode ser caracterizada como um fator limitante que restringe a habilidade dos profissionais de conceberem estratégias de intervenção educacional para a prevenção de ISTs e HIV/AIDS nesse grupo. Notavelmente, 75% dos entrevistados afirmaram não ter recebido qualquer tipo de formação específica sobre a saúde da população LGBTQIAP+, embora todos concordassem unanimemente com a necessidade de capacitação profissional para atender às demandas sexuais dessa comunidade.

A Política Nacional de Saúde Integral para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (PNSILGBT), formalmente estabelecida em 2011 pela Portaria nº 2.836, tem como principal

objetivo a promoção da saúde integral da comunidade LGBTQIAP+ e destaca a importância de desenvolver estratégias educativas como forma de reconhecimento das necessidades desse público²².

É importante ressaltar que, embora a PNSILGBT tenha como um de seus objetivos a capacitação dos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) para oferecer cuidados integrais à população LGBTQIAP+²³, também recai sobre os profissionais de saúde a responsabilidade de buscar, de maneira autônoma, o aprimoramento de suas competências e conhecimentos.

No entanto, a implementação prática da PNSILGBT ainda não se concretizou plenamente, em parte devido à falta de capacitação de muitos profissionais de saúde sobre questões relacionadas à sexualidade e ao bem-estar dessa população²⁴.

Em relação à experiência profissional na atenção básica, 75% (9) dos participantes têm mais de 5 anos de permanência no cargo atual, sendo que, dentro deste quantitativo, 58,35% (7) acumulam mais de 10 anos de experiência no mesmo cargo. Esse dado sugere que os profissionais estão familiarizados com os indivíduos das comunidades em suas áreas de atuação, incluindo o conhecimento da população LGBTQIAP+ e suas vulnerabilidades.

É essencial que os profissionais de saúde estejam familiarizados com a população LGBTQIAP+ de suas regiões, pois isso facilita a identificação das adversidades e das oportunidades para melhorar a experiência do usuário nos serviços de saúde²⁵. No entanto, como demonstrado em estudo realizado em uma capital do nordeste brasileiro, ainda existem negligências na atenção dedicada às problemáticas relacionadas à saúde das populações LGBTQIAP+ no contexto da Estratégia de Saúde da Família²⁶.

Posto isso, evidencia-se que apenas 41,7% dos participantes do estudo já realizaram alguma atividade com a comunidade LGBTQIAP+ relacionada à sexualidade e à prevenção de ISTs e HIV/AIDS. Um estudo realizado em um município do Pará destacou que profissionais médicos e enfermeiros tendem a priorizar a abordagem de tópicos mais enfatizados na graduação, como hipertensão e gestação, frequentemente negligenciando outras demandas de saúde, como as relacionadas à população LGBTQIAP+²⁷.

Essa realidade não se limita ao Brasil, sendo observada também nos Estados Unidos, conforme uma pesquisa que revelou que enfermeiros relatam falta de conscientização em relação às necessidades de saúde desse público. Esse é um problema que se inicia já durante a fase de formação acadêmica e permanece durante a atuação profissional²⁸.

A implementação de estratégias voltadas para esse público é essencial, dado o histórico de disparidades de saúde enfrentadas por essa comunidade. A discussão e incorporação da perspectiva de saúde LGBTQIAP+ na formação acadêmica surge como ponto crucial. No entanto, um estudo realizado na Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) evidenciou que, entre 29 estudantes prestes a concluir o curso de Enfermagem, 65,5% relataram a ausência de conteúdo específico sobre saúde LGBTQIAP+ em seu currículo²⁹.

Essa lacuna também se estende para além das salas de aula, com a temática frequentemente negligenciada nas atividades práticas. Em uma pesquisa envolvendo 29 alunos, 72,45% relataram observar práticas inadequadas por parte dos enfermeiros no atendimento à população LGBTQIAP+³⁰. Esta lacuna educacional pode impactar a capacidade futura desses profissionais em oferecer cuidados de qualidade e inclusivos para indivíduos pertencentes a essa comunidade.

Apesar disso, em um estudo realizado no município de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, com 70 estudantes da área da saúde, 93% dos participantes consideraram relevante a inclusão de conteúdos voltados à assistência de saúde para esse grupo³¹. Isso evidencia que o aprimoramento da capacitação profissional e a implementação de estratégias educacionais são fundamentais para garantir uma abordagem mais inclusiva na saúde.

Neste contexto, destaca-se a importância das estratégias educativas nas práticas diárias dos profissionais de enfermagem, como a utilização das Tecnologias Educacionais em Saúde (TES) enquanto ferramentas para o fortalecimento das ações de educação em saúde para promoção da saúde e prevenção de doenças, especialmente no combate às ISTs e ao HIV/AIDS. Um conjunto abrangente de informações deve integrar os processos de educação em saúde, pois o manejo da doença ultrapassa a simples administração de medicamentos³².

Com base nos resultados obtidos, algumas implicações práticas podem direcionar ações futuras, incluindo a promoção de educação continuada sobre a temática e o desenvolvimento de protocolos inclusivos na APS para oferecer suporte aos profissionais que se sentem inseguros na condução dessas práticas educativas. Além disso, a colaboração com organizações LGBTQIAP+ para a implementação de iniciativas educativas comunitárias pode ser uma estratégia viável para promover maior aceitação e adesão, o que contribui para o fortalecimento do vínculo entre os serviços de APS e a população-alvo.

CONCLUSÃO

A análise dos dados deste estudo revela que uma parcela dos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde (APS) implementou intervenções educativas voltadas para a prevenção e controle de ISTs e HIV/AIDS na população LGBTQIAP+. No entanto, a maioria dos profissionais não realizou essas ações, destacando que menos da metade do público-alvo executou as práticas educativas, o que evidencia uma disparidade na implementação dessas práticas.

Embora os enfermeiros demonstrem um nível de familiaridade com a temática, é importante ressaltar que a grande maioria não se percebe apta a conduzir essas atividades. Contudo, há um consenso unânime sobre a necessidade de capacitação para suprir as demandas relacionadas à saúde sexual desse público.

As estratégias educativas são essenciais para promover a saúde e o bem-estar da população LGBTQIAP+. Essas iniciativas devem fornecer informações precisas sobre práticas seguras, direitos sexuais e acesso a serviços de saúde, pois contribuem para fortalecer a confiança, reduzir o estigma e empoderar os indivíduos a tomarem decisões informadas sobre sua saúde sexual.

Este estudo evidencia a importância da implementação de programas de educação continuada e treinamento na formação dos profissionais de enfermagem. Tais intervenções são fundamentais para suprir as lacunas de conhecimento teórico e prático necessárias para atender às demandas específicas da população LGBTQIAP+ de forma mais inclusiva.

As limitações deste estudo estão relacionadas ao fato de ter sido realizado em um único município da Atenção Básica. Recomenda-se, portanto, que pesquisas subsequentes sejam conduzidas com amostras mais amplas e em diferentes contextos de cuidados de saúde. Outra limitação refere-se ao instrumento de coleta de dados utilizado, que poderia incorporar perguntas mais detalhadas para compreender melhor o nível de familiaridade dos enfermeiros com as estratégias de prevenção de ISTs e HIV/AIDS voltadas para a população LGBTQIAP+, incluindo o conhecimento sobre capacitações específicas voltadas para a saúde dessa comunidade.

Recomenda-se também a realização de novos estudos com o objetivo de entender as sugestões de capacitação fornecidas pelos enfermeiros, com base em suas experiências e nas necessidades de seus contextos territoriais, visando atender adequadamente às necessidades sexuais de indivíduos LGBTQIAP+. Além disso, sugere-se a investigação das atividades realizadas por esses profissionais junto à comunidade LGBTQIAP+ no campo da sexualidade e prevenção de ISTs e HIV/AIDS.

REFERÊNCIAS

1. Freitas IG, Eloi HM, Felix AMS. Conhecimento de estudantes de enfermagem sobre infecções sexualmente transmissíveis. *Rev baiana enferm.* 2022;36(1):e43593. <https://doi.org/10.18471/rbe.v36.43593>.
2. Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Organização Mundial da Saúde (OMS). Plano de ação para prevenção e controle do HIV e de infecções sexualmente transmissíveis 2016-2021. Washington: Organização Pan-Americana de Saúde; 2017. 46 p.
3. Bretas I. “ANO PASSADO EU MORRI, MAS ESTE ANO EU NÃO MORRO”: a atuação da Assessoria Jurídica Popular em Saúde na defesa dos Direitos Humanos das pessoas que vivem com HIV/aids [monografia]. Santa Rita: Universidade Federal da Paraíba; 2020. 62 p.
4. Ivankovich MB, Fenton KA, Douglas JM. Considerations for national public health leadership in advancing sexual health. *Public Health Rep.* 2013;128(1):102-110. <https://doi.org/10.1177/003335491312825112>
5. Jongbloed D, Kouwenberg CVM, Minderhoud SC, Green A, Poot CC et al. Sexual and gender minority youth and sexual health education: a systematic mapping review of the literature. *J Adolesc Health.* 2020;68(6):1040-1052. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2020.09.032>
6. Mariano RC. A exposição de mulheres lésbicas cisgênero a infecções sexualmente transmissíveis em relações sexuais desprotegidas [monografia]. Brasília: Centro Universitário de Brasília; 2020. 25 p.
7. Pinheiro NJ, Paz FAN. Difficulties of nurses in basic care for people living with HIV/AIDS. *Res, Soc Dev.* 2021;10(6):e5541061616. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i6.16160>
8. Bezerra MVR, Moreno CA, Prado NMBL, Santos AM. Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. *Saúde Debate.* 2019;43(8):305-323. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S822>
9. Santos MF. DA PREVENÇÃO AO DIAGNÓSTICO: HIV/AIDS o impacto aos cuidados de enfermagem ao grupo de vulnerabilidade LGBTQIAP+ [monografia]. Lagarto: Centro Universitário AGES; 2019. 72 p.
10. Carlsson M. Self-reported competence in female and male nursing students in the light of theories of hegemonic masculinity and femininity. *J adv nurs.* 2019;76(1):191-198. <https://doi.org/10.1111/jan.14220>
11. Organização Mundial de Saúde; Organização Pan-americana de Saúde. *Enfermagem.* 2020.
12. Conselho Federal de Enfermagem. *Enfermagem em Números.* 2020.
13. Petry S, Filho CAT, Mazera M, Schneider DG, Martini JG. Autonomia da Enfermagem e sua Trajetória na Construção de uma Profissão. *Hist enferm Rev eletrônica.* 2019;10(1): 66-75.
14. Nunes LCC, Barros RRS. A comunidade LGBTQIAP+ e seus embates de preconceito e discriminação no mercado de trabalho [monografia]. São Carlos: Faculdade de Tecnologia de São Carlos; 2022. 13 p.
15. Ziegler M, Rauh C. Visible Growth; Invisible Fears. *Getting to Equal 2020: Pride.*
16. Paiva EF, Freitas RJM, Bessa MM, Araújo JL, Fernandes SF, Góis PS. Conhecimento e prática de enfermeiros da Atenção Primária sobre gênero e assistência às pessoas LGBTQIAP+. *Rev Rene.* 2023;24(1):e83152. <https://doi.org/10.15253/2175-6783.20232483152>
17. Oliveira DC. Representativeness of the LGBTQIA+ population in epidemiological research in the context of the National Policy for Comprehensive Health of Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transsexuals in Brazil: expanding the production of knowledge within the SUS for social justice. *Epidemiol Serv Saúde.* 2022;31(1):e2022020. <https://doi.org/10.1590/S1679-49742022000100030>
18. Silva ASM, Alves GJ. Política Nacional de Saúde Integral de LGBT: percepção de enfermeiros da atenção primária à saúde. *Com Ciências Saúde.* 2021;32(2):71-80. <https://doi.org/10.51723/ccs.v32i02.512>

19. Valerio FR, Coutinho GA, Oliveira NLC, Storck IJ, Farias EFR, Silva UAO, et al. Prevenção e controle de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) através da educação continuada em saúde. *Rev CPAQV*. 2024;16(2). <https://doi.org/10.36692/p6pv1c05>
20. Medina-Martínez J, Saus-Ortega C, Sánchez-Lorente MM, Sosa-Palanca EM, García-Martínez P, Mármol-López MI. Health Inequities in LGBT People and Nursing Interventions to Reduce Them: A Systematic Review. *Int. J. Environ*. 2021;18(21):1-16. <https://doi.org/10.3390/ijerph182211801>
21. Logie CH, Perez-Brumer A, Mothopeng T, Latif M, Ranotsi A, Baral SD. Conceptualizing LGBT Stigma and Associated HIV Vulnerabilities Among LGBT Persons in Lesotho. *AIDS Behav*. 2020;24(1):3462-3472. <https://doi.org/10.1007/s10461-020-02917-y>
22. Pereira MM, Graupe ME, Dall'igna DM. Política Nacional de Saúde LGBT: relatos de profissionais da saúde e pessoas LGBT. *RELIES*. 2022;8(1):1-14. <https://doi.org/10.46661/relies.6184>
23. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2011.
24. Paranhos WR, Willerding IAV, Lapolli EM. Formação dos profissionais de saúde para o atendimento de LGBTQI+. *Interface (Botucatu)*. 2021;25(1):e200684. <https://doi.org/10.1590/interface.200684>
25. Costa-Val A, Manganelli MS, Moraes VMF, Cano-Prais HA, Ribeiro GM. O cuidado da população LGBT na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde. *Physis (Rio J.)*. 2022;32(2):e320207. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320207>
26. Ferreira BO, Pereira EO, Rocha MB, Nascimento EF, Albuquerque ARS, Almeida MMS et al. “Não tem essas pessoas especiais na minha área”: saúde e invisibilidade das populações LGBT na perspectiva de agentes comunitários de saúde. *RECIIS (Online)*. 2019;13(3):496-508. <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i3.1703>
27. Albuquerque MRT, Botelho NM, Rodrigues CCP. Atenção integral à saúde da população LGBT: Experiência de educação em saúde com agentes comunitários na atenção básica. *Rev Bras Med Fam Comunidade*. 2019;14(41):1-11. [https://doi.org/10.5712/rbmfc14\(41\)1758](https://doi.org/10.5712/rbmfc14(41)1758)
28. Sherman ADF, Cimino AN, Clark KD, Smith K, Klepper M, Bower KM. LGBTQ+ health education for nurses: An innovative approach to improving nursing curricula. *Nurse Educ Today*. 2021;97(1):e104698. <https://doi.org/10.1016/j.nedt.2020.104698>
29. Matta TF, Junior ECS, Costa CMA, Araujo LM. Saúde LGBT e currículo de enfermagem: visão de futuras enfermeiras. *Res, So Dev*. 2020;9(9):e722997855. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7855>
30. Costa CMA, Matta TF, Santos Junior EC, Araujo LM, Martins ERC, Spíndola T. Saberes e práticas de alunos de enfermagem na atenção à saúde das minorias sexuais. *Glob Acad Nurs*. 2020;1(3):e42. <https://doi.org/10.5935/2675-5602.20200042>
31. Ravadelli N, Souza JSM. POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL À POPULAÇÃO LGBT: CONHECIMENTOS DE DISCENTES DA ÁREA DA SAÚDE. *Rev Ciênc Saúde Nova Esperança*. 2021;19(3):167-75. <https://doi.org/10.17695/rcsnevol19n3p167-175>
32. Teixeira E, Palmeira IP, Rodrigues ILA, Brasil GB, Carvalho DS, Machado TDP. Desenvolvimento participativo de tecnologia educacional em contexto HIV/Aids. *REME - Rev Min Enferm*. 2019;23(1):e-1236. <http://dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20190084>